

**Presidência****RESOLUÇÃO Nº 539, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Altera a Resolução CNJ 75/2009, para aperfeiçoar o Exame Nacional da Magistratura.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a necessidade de aperfeiçoar a disciplina do Exame Nacional da Magistratura, instituído pela Resolução CNJ 531/2023,

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário deste Conselho nos autos Ato Normativo 0007429-42.2023.2.00.0000, na 19ª Sessão Ordinária do dia 12/12/2023,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Os §§ 3º e 7º do art. 4º-A da Resolução CNJ 75/2009, acrescidos pela Resolução CNJ 531/2023, passam a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 4º-A.....

§ 3º. O Exame Nacional da Magistratura consistirá em prova objetiva com, no mínimo, 50 (cinquenta) questões, elaboradas de forma a privilegiar o raciocínio, a resolução de problemas e a vocação para a magistratura, versando sobre os seguintes ramos do conhecimento: (...)

.....

§ 7º. A aprovação no Exame Nacional da Magistratura tem validade de dois anos, prorrogável uma única vez por mais dois anos, a partir da divulgação do resultado definitivo do exame. A prorrogação será automática, salvo justificção fundamentada pela Direção-Geral da ENFAM e aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça”.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Ministro **Luis Roberto Barroso**

**Secretaria Geral****Secretaria Processual****PJE****INTIMAÇÃO**

**N. 0001988-80.2023.2.00.0000 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS** - A: ADEMAR BARBOSA. Adv(s): SP389475 - ALLAN RODRIGO BORGES DOS SANTOS, SP451465 - ALFREDO QUEIROZ DE OLIVEIRA. R: JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA COMARCA DE CARDOSO - SP. Adv(s): Nao Consta Advogado. Conselho Nacional de Justiça Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0001988-80.2023.2.00.0000 Requerente: ADEMAR BARBOSA Requerido: JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA COMARCA DE CARDOSO - SP EMENTA RECURSO ADMINISTRATIVO EM PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. INSATISFAÇÃO COM O CONTEÚDO DE DECISÃO JUDICIAL QUE EXTINGUIU INCIDENTE DE PRECATÓRIO. ALEGAÇÕES DE CUNHO